

# TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS - APROXIMAÇÕES

Silva, Maria Ruth Sartori da.- UEL

[masol@sercomtel.com.br](mailto:masol@sercomtel.com.br)

Leite, Sandra Regina Mantovani.- UEL

[sandramantovani@sercomtel.com.br](mailto:sandramantovani@sercomtel.com.br)

## Resumê

1 – Maria Ruth Sartori da Silva – Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, docente titular do curso de Pedagogia do Departamento de Educação na Universidade Estadual de Londrina, atua na área de políticas e gestão da Educação. Leciona as disciplinas: Trabalho Pedagógico na Gestão Escolar, Educação e Trabalho. Participa do Projeto de extensão: GEPEJA – Grupo de Estudos Pedagógicos de Educação de Jovens e Adultos.

2 – Sandra Regina Mantovani Leite – Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, docente titular do curso de Pedagogia do Departamento de Educação na Universidade Estadual de Londrina, atua na área de formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais, com ênfase nos temas de formação de professores; projeto político pedagógico, família e escola e organização do trabalho pedagógico. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Infância; Projeto de Pesquisa em Infância, Experiência e Formação de Professores e Projeto de Extensão Infância e Ludicidade: Oficinas e Vivências.

## Resumo:

O presente estudo busca refletir as mudanças no mundo do trabalho e as implicações na formação do trabalhador. As transformações, que têm ocorrido no processo de globalização econômica, provocam repercussões nas políticas públicas, e conduzem os países a se ajustarem, implementando medidas de contenção de despesas, reduzindo os investimentos na área social. A globalização econômica reflete nas políticas públicas. As

mudanças ocorrem rumo a racionalização e modernização dos serviços do Estado, implicando em redução de custos na área de pessoal, muitas delas. A educação tem sido destaque nos debates, sendo colocada num ponto central e de privilégio em que possui a proposta de qualidade e esta, sendo assumida como principal aspecto por diversos setores governamentais e empresariais. A lógica capitalista, de mercadorização utiliza-se da educação para interiorizar e internalizar as condições legitimadoras do sistema produtivo com vistas à aceitação passiva da exploração do trabalho, que em nosso caso é a educação. Desse modo, toma vulto como estratégia, enquanto maneira eficaz para a realização mais eficiente, refinando e aprofundando as novas formas de acumulação e do projeto capitalista. Diante disso é imposta aos trabalhadores, uma determinada competência, esta entendida sob os auspícios da Unesco e que para os trabalhadores da educação, no caso dos Pedagogos, tem o seu trabalho intensificado. Assim o que ocorre é uma maior precarização do seu trabalho. A mundialização do capital tende a um mundo mais competitivo tendo como tônica, a polivalência e flexibilidade, em substituição ao trabalho rígido. O que vem a propiciar a abertura de um campo favorável às mudanças, reformas e ajustes na qual está inserida a proposta toyotista de reorganização do trabalho. Tal fato leva a formação destes profissionais seguir as transformações do mundo do trabalho.

Palavras Chaves: Mundo do trabalho – Educação – Formação do Pedagogo.

### O Mundo do Trabalho e a Educação

A relação entre trabalho e educação se apresenta como tema importante para a formação dos educadores, como também para os que querem aprofundar seus estudos nesta área de trabalho.

As questões referentes à educação e ao trabalho têm estado fortemente entrelaçadas no decorrer dos tempos históricos, perpassando toda a história da humanidade. Uma revisão desse percurso, revela que o setor econômico determina as mudanças de rumo da educação, que se modifica de acordo com as ideologias econômicas hegemônicas que se sucedem, embora as transformações contenham resquícios dos desejos de grupos vencidos ainda que camuflada ou veladamente.

Parafraseando Saviani (2007), podemos dizer que Trabalho e Educação são atividades especificamente humanas, sendo assim, apenas o ser humano trabalha e educa, ou seja, o homem precisa ser entendido e constituído como ser possuindo propriedades que

lhe permitem trabalhar e educar. Pressupõe-se, portanto, uma definição de homem que indique em que ele consiste, isto é, sua característica essencial a partir da qual se possa explicar o trabalho e a educação como atributos do homem. E, nesse caso, fica evidente que o homem se diferencia dos outros animais à medida que se apropria, transforma e é transformado pela sua relação com a natureza através do trabalho.

[...] o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX, 1998, p. 19 – itálico no original).

Na sociedade capitalista contemporânea a educação dual se apresenta como marca registrada num mundo globalizado em que a produção de objetos e mercadorias se resume à educação profissional/politécnica ou tecnológica do trabalhador e a educação da classe dominante fica voltada para a comunicação e fruição dos bens.

O capital passa a ser compreendido enquanto investimento no potencial humano, havendo conforme aponta Cattani (1997, p. 35), a “redefinição das relações de trabalho na empresa e no papel do sistema educacional”. O trabalho deixa de ser compreendido enquanto ação de transformação da natureza por meio da produção das condições materiais para a vida humana, passando a ser entendido como uma mercadoria geradora de lucro para quem dele se apossa (o empregador). Assim, a capacitação do trabalhador surge como ponto importante para o aumento da produtividade. Entendia-se que a qualidade deste, dependia da formação escolar e profissional, garantindo a produção.

A formação do trabalhador, segundo a análise de Cattani (1997) a esse respeito, é que proporcionaria mais lucro para as empresas e para os trabalhadores, pois cada um proveria o seu capital pessoal, na perspectiva de investir na própria formação e na análise de suas compensações. O autor acima citado afirma ainda, que essa idéia de formação do trabalhador, com vistas à eficácia do trabalho e do aumento de lucro, está presente nas obras de Adam Smith.

No Brasil, as agências como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Mundial foram os representantes internacionais que disseminaram as estratégias capazes de criar o capital humano, investindo na educação, com o discurso de superar as desigualdades sociais. No entanto, essa defesa de mais atenção para a educação, não trouxe consigo a reflexão crítica sobre a internacionalização econômica, da qual os países da América Latina, incluindo o Brasil, foram e estão sendo obrigados a participar (MIRANDA, 2000). Essa concepção tem sido promotora de valor

sem a intervenção do trabalhador, ocultando a produção de mais valia, a qual produz e reproduz a relação capitalista.

Assim, a Teoria do Capital Humano é o modo capitalista de compreender a Educação, desvirtuando o conceito dela como prática social, técnica e histórica. A partir desta outra postura, a educação passou a ser vista como prestação de serviço e que tem como função técnica principal, formar recursos humanos. Acaba por encobrir a realidade de modo que, Miranda (1995, p. 61) analisa como sendo para “substituir as relações de dominação e exploração pela ideologia do mérito, esforço, satisfação própria, criatividade e racionalidade”.

A partir dos anos 60 do século XX a teoria do capital humano difundiu-se, com o propósito de tornar o potencial humano, enquanto peça fundamental para o crescimento econômico, a fim de recompor o capitalismo, apontando alguns pontos com formas articuladas, os quais seriam: A substituição da dominação e da exploração pela ideologia meritocrática; o trabalho entendido como mercadoria; a educação compreendida como prestação de serviço técnico que tem o objetivo de formar recursos humanos.

Pode-se ressaltar que a Teoria do Capital Humano tem como função a camuflagem da dimensão político-ideológica da educação, sob o patamar de aparente cientificidade que, na perspectiva de Miranda (1995, p. 62), significava a formação de recursos humanos no planejamento da educação e a formação profissional através da escola. Essa ideologia acabou colocando a Educação como fator técnico de produção, de acordo com as necessidades capitalistas, no intuito de que o poder econômico se tornasse o grande Deus Salvador, fazendo com que os seres humanos usassem uma espécie de adoração, pelo valor e leis do mercado e pela produtividade. Ao mesmo tempo, pauta-se pelo objetivo maior de tornar a educação competitiva, produtiva e atendida com as necessidades industriais e empresariais.

A Teoria do Capital humano tem atualmente buscado nova interpretação ideológica, de maneira que justifique as relações de poder e de exploração contidas na globalização. Engloba características próprias da ideologia dominante, com o discurso da ‘sociedade do conhecimento’, que acaba por exigir novas qualificações e habilidades para a manutenção dos trabalhadores no mercado de trabalho. As novas exigências pautam-se pela flexibilidade, capacidade de comunicação e participação. Estes aspectos são vistos como fundamentais a partir da argumentação, para a atuação dos trabalhadores num modelo de produção que rompe e supera o modelo taylorista de produção. Neste sentido, espera-se que a escola tenha a capacidade de garantir a educação básica que, neste contexto

de todo o debate e discurso, deve garantir a apropriação dos novos conhecimentos, ajustando-os à flexibilização do ‘novo’ padrão de produção.

Em um segundo momento deste estudo, faz-se a análise sobre a globalização. A globalização é uma consequência da transformação do capitalismo. Necessita, para manter a hegemonia, fortalecer os países ricos e impor aos países pobres a condição de consumidores. Na medida em que reorganiza as formas de consumo e produção, elimina as fronteiras comerciais, com o objetivo de integrar mundialmente a economia. Indica fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, mostrando a etapa em que o capitalismo se encontra atualmente. Sugere, a idéia de movimentação, como percebemos na análise de Libâneo (2003, p.51) “as pessoas estão no meio a um acelerado processo de integração e de reestruturação capitalista”.

As nações têm diante de si muitas realidades e desafios. Estão às voltas com a implementação de políticas econômicas e sociais, a fim de atender aos interesses hegemônicos, industriais e comerciais de conglomerados financeiros dos países ricos, tais como: Japão, Estados Unidos e União Européia.

De todas as políticas, a Educacional foi a mais afetada, visto estar sujeita às exigências da produção e mercado. Os organismos internacionais traçaram políticas educacionais aos países mais pobres, na perspectiva de otimizar os sistemas escolares tendo em vista atender as demandas da globalização, para uma educação que atendesse ao processo produtivo e para a formação de consumidores. Além do interesse em reformular o papel do Estado na educação, também estão preocupados com os efeitos que as políticas neoliberais estão trazendo aos países, consequências como o do desemprego e a exclusão social (FRIGOTO, 1997).

Ainda de acordo com este autor, as reformas educacionais dos anos 90 do século XX tiveram caráter excludente devido aos ajustes neoliberais e aos monopólios tecnológicos e científicos. Estes fatos provocaram grandes transformações econômicas e políticas. O neoliberalismo na perspectiva político-ideológico tem como princípios:

- ✓ O capitalismo atual coloca fim às classes sociais, aliena e explora;
- ✓ As relações de mercado legitimam a regulação dos interesses humanos e sociais,
- ✓ O Estado Mínimo tornará o Estado mais eficiente.

Esses princípios neoliberais impõem as diretrizes das instituições educacionais de acordo com os interesses das organizações empresariais, no sentido de produção de serviços educacionais. A educação entendida na perspectiva de mercadoria, sob a ótica de mercado; é vista como ponto estratégico frente à produtividade e a competitividade que deveria atender a capacitação e ao perfil de trabalhadores, exigidos para estes novos tempos, em prejuízo da educação entendida como dever do Estado e um direito incontestável de todos os cidadãos.

No processo de produção as novas tecnologias e as formas flexíveis de organização da produção necessitam de um trabalhador mais qualificado. Significa que ele deve ser polivalente, flexível, versátil; que aprenda rápido, seja autônomo; que tenha iniciativa, seja especializado em sua função, qualificado intelectual e tecnologicamente. Ao contrário disso, a desqualificação significa exclusão do processo produtivo.

Assim, com o aumento cada vez maior da qualificação do trabalhador, a educação necessitou ser mais flexível, mais polivalente, promovendo novas habilidades cognitivas, competências sociais e pessoais, domínio de linguagem oral e escrita e conhecimentos de linguagens da informática.

O maior desafio para a educação está na capacitação de mão-de-obra e na requalificação dos trabalhadores, a fim de dar conta das exigências do sistema produtivo e formar o consumidor para um mercado competitivo. Assim transformar a escola é um desafio empresarial.

A crise apontada pelos neoliberais origina-se na estrutura ineficiente do Estado em gerir políticas públicas. Para esta transformação do Estado inoperante, é preciso, segundo o neoliberalismo, a construção de um mercado educacional que se traduza em eficiência, competição e produtividade. Isto significa que o caráter político da educação passou a ter caráter de mercado, na visão neoliberal. Desse modo, as políticas públicas e a legislação trouxeram em seu bojo princípios da organização empresarial de mercado, baseados na produtividade, competitividade, flexibilidade e eficiência.

Octavio Ianni (1998 p.28) afirma que o que está no auge é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais, haja vista a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global.

As novas tecnologias trazem a exigência para a formação do trabalhador tendo como objetivo a empregabilidade, que este seja autônomo, capaz de se comunicar,

trabalhar em grupo, responsabilidade, disciplina, curiosidade, ser polivalente e flexível. Frigoto (1994 p.51) ao analisar nos diz que: se o capital se constituir no sujeito definidor dessas capacidades abstratas numa perspectiva de multi-habilitações, de uma formação polivalente; continuará, todavia, uma formação seletiva, fragmentária, pragmatista e produtivista.

Os desafios que se processam para a educação na atualidade é a de que o aluno domine os conteúdos básicos da ciência contemporânea que fundamentam os novos processos sociais e produtivos. Há a necessidade de novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e o trabalho, uma nova ética de responsabilidade, de crítica e de criação, voltada para a preservação da vida, do ambiente, e para a construção da solidariedade, como condições necessárias para a criação de uma sociedade mais humana e mais igualitária, que supere a exclusão.

A lógica capitalista, de mercadorização utiliza-se da educação para interiorizar e internalizar as condições legitimadoras do sistema produtivo com vistas à aceitação passiva da exploração do trabalho, que em nosso caso é a educação, alienando, causando o estranhamento do trabalho, levando-o a não se reconhecer, a se negar e se degradar.

O profissional deixa de lutar pela manutenção de algo que é seu e passa a simplesmente cumprir os ditames de seu empregador. Deixando acontecer a perda dos limites do posto de trabalho, das tarefas, das habilidades e da sua competência.

Freitas (2006, p. 17) ao analisar as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia diz que a Pedagogia é a “única área que, aceitando o poder regulador do estado e de seu braço normatizador, abriu mão de manter, reafirmar, referendar, enquanto área como um todo, propostas já construídas coletivamente por todas as entidades da área”.

Assim, o pedagogo agora precisa aprender os vários processos para que possa atuar na escola nas várias funções de acordo com as necessidades do dia-a-dia, que conforme aponta Oliveira (2004, p.77) está a exigir “um trabalhador que aprende vários processos e que é capaz de ser deslocado para as várias tarefas de acordo com a necessidade da produção diária. O que significa que todos devem estar atentos para resolver os problemas”. Temos agora, profissionais polivalentes e multifuncionais que vão tratar apenas das questões emergenciais na escola, deixando de lado, a reflexão na escola para além do cotidiano.

Saviani ressalta que o que ele denominou como “concepção produtivista de educação” impulsionada pela “teoria do capital humano” formulada nos anos 50 do

século XX, se tornou dominante no país a partir do final da década de 1960 permanecendo hegemônica até os dias de hoje (2007, p.121).

## O Pedagogo e o trabalho coletivo: agente de transformação democrática

Considerando, que após a promulgação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares e que tem a docência como base. Docência entendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia. Faz-se necessário um claro entendimento, por todos os que trabalham com a formação desse profissional, da sua importância como mediador e gestor de práticas comprometidas com a coletividade e com a democratização de todos os espaços de atuação do mesmo, evitando dessa forma a precarização do trabalho e exploração do profissional.

O pedagogo como educador e membro do processo de democratização no interior da escola não pode trabalhar sozinho. Ele é o líder do processo de transformação, de coletividade, das participações e das instâncias colegiadas presentes no interior da instituição escolar.

A democracia dentro da escola exige um trabalho coletivo intenso, fazendo com que a equipe pedagógica (ao contrário do que os burocratas de plantão sinalizam), alunos, funcionários e as famílias possam tomar decisões e ter um controle democrático do Estado (autonomia de decisão financeira, pedagógica e administrativa) através de uma educação escolar de quantidade e qualidade de acordo com os direitos e interesses dos cidadãos. Todos esses princípios implicam uma nova escola, onde novos processos de participação na gestão da escola pública devem ser implementados, envolvendo comunidade, professores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais, pais e alunos na definição das políticas e na orientação para a gestão de sistemas com autonomia para a escola.

O papel do Pedagogo dentro da escola democrática é de conscientizar a equipe pedagógica da importância do trabalho coletivo, inclusive sobre a participação concreta da família dos educandos, desenvolvendo um trabalho de acordo com a realidade do aluno.

De acordo com Grinspun, o Pedagogo:

Atua junto com os demais professores da escola, participando de um projeto coletivo, de uma formação de um homem coletivo, procurando identificar as questões das relações de poder, das resistências dentro e fora da escola e do como e do porquê devemos agir juntos em prol de uma educação transformadora e, especialmente, junto aos alunos no desenvolvimento do que caracteriza sua subjetividade (2003, p.88).

É preciso que o Pedagogo dentro de uma escola democrática exercite os alunos a vivenciarem e pensarem realmente a democracia, através do seu cotidiano e de atividades intencionais, fazendo os alunos a refletirem sobre essa questão, ou seja, da importância do outro e do coletivo no decorrer da vida.

Garcia ressalta que em uma escola democrática é preciso:

que se desenvolva nos alunos, em sua totalidade, e não simplesmente nas minorias, as possibilidades de argumentar, de discutir, de expressar seus interesses, de encontrar canais de comunicação dos interesses de seu grupo, de se organizar coletivamente, e num determinado momento, de liderar e fazer circular as lideranças, para que futuramente eles se capacitem a falar pela sua classe ou a escolher seus representantes e controlá-los (1999, p. 24).

O Pedagogo é o articulador dessas propostas na instituição escolar, ele é quem organiza e planeja essas atividades essenciais para se obter uma educação democrática, favorecendo a formação do indivíduo enquanto cidadão transformador.

O objetivo do profissional Pedagogo é colaborar no processo pedagógico, na administração do espaço e tempo da escola, visando sempre a melhor forma e atender o aluno, compreendendo a realidade e as subjetividades de cada um e a partir disso ser mediador na construção dos conhecimentos e do campo afetivo. No entanto, o pedagogo deve estar atrelado com a comunidade e a realidade do aluno e suas especificidades, para contribuir de maneira mais efetiva no seu desenvolvimento.

É fundamental que o Pedagogo esteja atento a realidade do aluno, ou seja, as experiências que acontece com ele fora da escola, as suas barreiras, fragilidades e angústias, podendo intervir para ajudá-los a superar o problema com ajuda de outros profissionais e da família. Mas, para que haja de concreto essa democracia é necessário que o pedagogo aprenda a trabalhar com alunos oriundos de grupos sócio-culturais e econômicos diversos, fazendo o seu papel através da intervenção pedagógica para que estes alunos tenham acesso à cultura acumulada historicamente.

De acordo com Garcia:

O ponto de partida é a diversidade; o ponto de chegada é que é a homogeneidade, para que todos os alunos tenham acesso ao saber que buscam na escola. Que tenham acesso instrumental, que para eles não só tem o sentido de melhoria de condições de vida, mas também constitui em instrumento de luta, na transformação desta sociedade, na qual eles se colocam tão mal, não por opção, mas pelo modo como ela se organiza (1999, p.33).

A identidade do Pedagogo é a ação pedagógica, ou seja, todas as atividades intencionais voltadas para o educacional e para o educativo, proporcionando aos alunos o saber sistematizado e a formação do indivíduo enquanto cidadão, desenvolvendo propostas respeitando as individualidades de cada um. Para isso o pedagogo tem o papel de investigação, de conhecer melhor a realidade de seus alunos, podendo intervir da melhor maneira possível no desenvolvimento do aluno, respeitando as suas singularidades.

Grinspun diz que essa realidade:

Será tratada a partir dos valores que a envolve, da ética que a constitui, do significado histórico que a determina. Essa realidade – não só a do aluno, mas a do próprio contexto histórico – precisa ser compreendida em uma visão maior, com todos os componentes do tecido social. Precisamos lembrar que estamos formando o aluno para um novo tempo, onde a ciência e a tecnologia, apesar dos avanços, trazem para este aluno, para o homem, as novas necessidades, os novos “desconfortos” do progresso. As novas conquistas novos valores, novas leituras daquela realidade (2001, p. 29).

O aluno deve ser preparado para enfrentar essa sociedade de alienação, onde muitos aceitam a sua condição e são oprimidos. Por isso, é fundamental que o Pedagogo esteja atento as práticas sociais dos docentes, para que os mesmos não contribuam para essa situação de opressão.

O Pedagogo pode contribuir para essa transformação social, deve conscientizar toda equipe pedagógica da importância das atividades que desenvolvam o raciocínio, como trabalho em grupo (socialização e liderança), debates, proporcionado sempre aos alunos situações de conflito para que eles possam resolvê-los ou solucioná-los.

O Pedagogo de acordo com Grinspun deve promover na escola:

Condições para a socialização e a participação dos alunos em uma sociedade em mudança, assim como possibilitar aos alunos o acesso aos bens culturais, científicos e tecnológicos desta sociedade. Para tanto, a escola deve oportunizar a aquisição do conhecimento a ser construído, bem como os meios necessários para tal atividade. Além dos aspectos cognitivos, terão importância os demais aspectos básicos àquela construção, revestido de vivências e Experiências que o aluno deverá realizar. A escola deve reconhecer a bagagem que o aluno traz e estimulá-

lo para que ele, sempre, seja capaz de produzir e criar. Inserida neste contexto temos, então, uma construção do próprio sujeito, que envolve o auto e o heteroconhecimento, a questão da participação nas ações coletivas, os valores nas escolhas efetuadas e a responsabilidade e autonomia nas decisões efetivadas (2001, p.154-155).

O papel do Pedagogo na instituição escolar em relação ao professor, diante de um trabalho de humanização do indivíduo é:

de argumentar, discutir e refletir sobre as problemáticas existentes de forma a tornar o aluno, principalmente mais crítico e consciente da sociedade evidenciando os conceitos de parceria, coletividade, solidariedade, entre outros, para um país que se quer mais justo, mais humano e mais solidário (GRINSPUN, 2003, p.90).

Tendo em vista a importância dessa formação crítica, é preciso que o Pedagogo tenha um trabalho integrado com os docentes, pois eles são os protagonistas dessa educação. Este trabalho deve propiciar momentos constantes de reflexão, ou seja, toda ação educativa deve ser refletida, o pedagogo condicionar que os educadores e os alunos tenham o hábito de refletir sobre suas ações para poder melhorá-las. O movimento de ação-reflexão, evidencia-se, de forma difusa, no intercâmbio entre os atores na sociedade e de forma sistematizada na escola e demais instâncias educativas da sociedade. A ação-reflexão no sentido da consciência histórica e crítica requer considerar a pluralidade dos olhares destes atores sobre a realidade e a parcialidade do conhecimento diante da dinamicidade do sócio, pressupondo a superação da consciência verbal (senso comum). Por vezes, passando da subordinação e da passividade diante das situações de dominação para uma política transformadora da realidade social, para uma práxis.

A atuação do Pedagogo está em orientar e supervisionar esses profissionais da educação, através de trabalhos coletivos envolvendo sempre a interdisciplinaridade dos conteúdos, para uma melhor compreensão do processo pedagógico da escola. É fundamental que as práticas educativas estejam de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é construído coletivamente com o objetivo de aprimorar a aprendizagem do aluno, no entanto o Pedagogo deve condicionar momentos em que o professor tenha acesso à esse projeto.

Placco ressalta que os pedagogos:

Um dos educadores da escola deverá participar de uma ação educacional coletiva, assessorando o corpo docente no desencadeamento de um processo em que a sincronidade é desvelada. Torna-se consciente, autônoma e direcionada para um compromisso com uma ação pedagógica

competente e significativa para os objetivos propostos no projeto político da escola (apud GRINSPUN, 1999, p. 6).

O planejamento é essencial para que o pedagogo possa avaliar o cotidiano de cada professor, de cada sala de aula, de cada espaço, verificar se as propostas pedagógicas estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico e com os parâmetros curriculares nacionais. A ação de avaliação e supervisão é fundamental, pois assim terá visão do todo da instituição.

Esse tipo de avaliação faz com que o Pedagogo esteja mais presente nas dificuldades dos professores, podendo contribuir para corrigir as falhas presenciadas, como a metodologia, didática, apoiando o educador nos momentos de fragilidades e dúvidas. A hora atividade também deve ser supervisionada e orientada pelo Pedagogo, sendo um espaço que o educador pode utilizar para aprimorar e enriquecer seu trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

As reuniões pedagógicas coletivas e grupos de estudos organizados pelo Pedagogo também são fundamentais, sendo um espaço da formação continuada na busca do aprimoramento dos saberes e dos conhecimentos, com o objetivo de se obter maior desempenho em sala de aula na formação do sujeito, contribuindo para a formação crítica e ética desse cidadão.

Placco afirma que essa mediação é um compromisso do pedagogo:

Com a formação contínua de seus professores, na medida em que esta é exigência do próprio movimento de desenvolvimento da sincronidade do profissional e da evolução do conhecimento. Cada ação formadora a ser desencadeada possibilita a ocorrência de ampliação da consciência da sincronidade do professor, portanto, um clareamento das direções a serem impressas ao projeto coletivo da escola (2006, p. 101).

O pedagogo tem um importante papel dentro da escola, tem o compromisso com seus alunos, com a formação da cidadania, trabalhando com o aluno em sua totalidade, com suas emoções e razões, construindo um ser humano capaz de enfrentar as situações de seu cotidiano pensando em um bem estar social. Também tem o compromisso com o educador, de apoiá-lo, pois ele é o mediador do ensino aprendizagem. De acordo com Grinspun o Pedagogo “tem um compromisso com os alunos – em primeiro lugar, buscando que eles reflitam e compreendam o mundo de valores – em especial a ética – que circunda o nosso meio” (1999, p.93).

Portanto, o Pedagogo deve estar atento a tudo o que acontece na escola, na sociedade e com o aluno, deve refletir sobre as questões internas e externas do ambiente

escolar, acompanhando integralmente os alunos em todos os aspectos e desenvolvendo projetos que os fazem refletir, que favoreçam a não vulnerabilidade do educando, permitindo a este uma condição melhor e satisfatória de vida.

O trabalho do pedagogo junto à família é essencial, pois através dessa relação o educador poderá compreender mais as dificuldades, o cotidiano das crianças. O pedagogo deve incentivar a família nessa participação, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da criança.

A atuação do pedagogo junto a família e a participação dos alunos podem ocorrer de diferentes formas, como na construção do Projeto Político Pedagógico, através de reuniões, grêmios estudantis e órgãos colegiados.

...os sistemas escolares podem contar com os órgãos colegiados, como associação de pais e mestres (existente na maioria dos sistemas de ensino), conselho de escola (em considerável número de sistemas que experimentaram algum tipo de democratização da gestão) e grêmios estudantis (também previsto em muitos sistemas, mas com concorrência ainda modesta) (PARO, 2007, p.82).

Segundo Gentile (2006) a família é a primeira referência educacional no qual o indivíduo tem contato, por isso a demonstração de interesse em relação ao processo educacional escolar é importante. Este interesse e incentivo apesar de simples contribuem para o sucesso da aprendizagem.

A atuação do pedagogo junto à comunidade e a família é indispensável, os alunos entram na escola com conhecimentos prévios que devem ser respeitados, por isso é necessário que o pedagogo conheça a realidade de cada um para assegurar um ensino de qualidade, com oportunidades e crescimento pessoal e profissional.

O papel do pedagogo junto a comunidade escolar e não escolar é imprescindível na escola democrática, assim poderá construir coletivamente a formação do indivíduo, estabelecendo critérios para um ensino de qualidade, formando cidadãos éticos, críticos, transformadores, capazes de melhorar o mundo.

De acordo com Paro o pedagogo tem a função de:

...de tornar a unidade escolar agradável e atrativo a seus usuários diretos e indiretos, dotando-a dos competentes mecanismos de participação capazes de atrair pais e demais componentes da comunidade externa, na convicção de que sua participação é não apenas um direito de participação no controle democrático do Estado nos serviços que este oferece à população, mas também uma necessidade da escola, se esta fazer-se da fato educativa. (2007, p.113).

Portanto, o pedagogo tem que dar o ponto de partida, construir a política da escola com todas as pessoas que contribuem na educação, incentivar os pais para essas discussões, pois juntos estabelecerão critérios para o ensino de qualidade e a formação integral do ser humano. A gestão democrática em suas diferentes formas de conselhos e colegiados, precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria. É preciso desenvolver saberes, através de pesquisas e estudos nos cursos de formação de professores, que orientem as práticas educativas e sociais e que valorizem a relação pedagógica.

#### REFERÊNCIAS:

CAMATTI, Noeli Chiarello. **A Função Social da Escola na visão do Orientador**. Prospectiva n° 25, dezembro, 1999.

CATTANI, Antonio David et al. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 292 p.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Sobre Diretrizes e Pedagogia**. 2005. Disponível em: [www.lite.fae.unicamp.br/anfope](http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope)

FRIGOTTO, G. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional? IN: MACHADO, L. de S.; NEVES, M de A. et al. **Educação e Trabalho**. 2 ed. Campinas, SP, Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. Educação e a formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomas Tadeu da (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, RJ, 1997.

GARCIA, Regina Leite (org). **Orientação Educacional: o trabalho na escola**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GENTILE, Paola. **Parceiros na aprendizagem**. Nova Escola, Belo Horizonte – RS, junho 2006.

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (org.). **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Prática dos Orientadores Educacionais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. **Globalização e neoliberalismo**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.12, n.2, abr./jun. 1998, p.27-32.

LIBANEO, J. C. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo, Cortez, 2003.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins fontes, 1998.

MIRANDA, Marília Faria de. Qualidade/Qualidade Total: embrião de uma nova tendência pedagógica escolar? **Dissertação de Mestrado. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1995.**

MIRANDA, Marília Faria de. **Num Quintal da Globalização**. Tese de Doutorado. Marília, SP: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Eurenice. Toyotismo no Brasil. São Paulo; Expressão Popular, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, democracia e educação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR, 1, 1999, Blumenau. Anais . Prefeitura Municipal de Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 1999. p. 21-22.

PLACCO, Vera Nigro de Souza. **Perspectivas e Dimensões da Formação e do Trabalho do Professor**. Recife: Endipe, 2006.

RANGEL, Mary (org). **Supervisão Pedagógica: princípios e práticas**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34 – jan/abr, p. 152-161, 2007.